ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI N. 26/21, DO EXECUTIVO MUNICIPAL, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ PARA O PERÍODO DE 2022 A 2025 E PROJETO DE LEI N. 33/21, DO EXECUTIVO MUNICIPAL, QUE VERSA SOBRE A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ PARA O EXERCÍCIO DE 2022 EM ATENDIMENTO AO ART. 48, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO I, DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/2000, A LEI 10.257/2001 DO ESTATUTO DA CIDADE, ART. 43, INCISO II, ART. 44; A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, ART. 33, INCISO III E ARTS. 128 E 131; AO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ, TÍTULO IV, SELEÇÃO A, E AO ATO N. 6/2015, DA MESA DIRETORA DO LEGISLATIVO ANDREENSE, REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 2021

Aos dezenove dias do mês de novembro de 2021, no Plenário “Vereador João Raposo Rezende Filho”, da Câmara Municipal de Santo André, bem como pelo aplicativo do *Teams, reuniram*-se às **dez horas**, o Presidente Luiz Mattos Canhassi Botaro (Pedrinho Botaro), o qual presidirá esta audiência; os Vereadores Lucas Zacarias de Araujo (Lucas Zacarias), Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento e Valter Luiz da Silva (Vavá da Churrascaria), membro da Comissão de Finanças e Orçamento, Wagner Lima (Wagner Lima), Rodolfo Silva Donetti (Rodolfo Donetti), Renato Barros Santiago Filho (Renatinho do Conselho), Evilasio Santana Santos (Bahia) e Carlos Roberto Ferreira (Carlos Ferreira); o Sr. Pedro Henrique Ruiz Seno, Secretário de Gestão Financeira da Prefeitura Municipal de Santo André; a Sra. Tania Maria Gennaccini, Assistente de Direção na Secretaria de Gestão Financeira da Prefeitura Municipal de Santo André; o Sr. José Police Neto, Superintendente de Planejamento e Assuntos Estratégicos da Prefeitura Municipal de Santo André; a Sra. Rosimary de Moraes Silveira, Diretora do Departamento de Orçamento e Planejamento da Prefeitura Municipal de Santo André; o Sr. Osmar de Almeida; e o Assistente Econômico-Financeiro da Câmara Municipal de Santo André, Alessandro Elias Gumier. CERIMONIAL – Em face aos cumprimentos dos Atos internos da Casa, a audiência é realizada com público reduzido e com adoção dos protocolos sanitários em relação à pandemia do Covid-19 e também de forma e transmitida ao vivo pelo canal TV Câmara Santo André do Youtube. O Presidente Luiz Mattos Canhassi Botaro (Pedrinho Botaro) dá início à audiência pública e passa a palavra ao Sr. Pedro Henrique Ruiz Seno. SR. PEDRO HENRIQUE RUIZ SENO – Agradeço a todos os presentes e fala que é uma ocasião importante para discutir o orçamento do próximo ano e os projetos pensados para os próximos quatro anos. Em seguida passo a palavra para a Tânia que vai fazer a apresentação tanto do projeto da LOA quanto do PPA e depois passar para a parte de perguntas, discussões e esclarecimentos. Dando início à apresentação do PPA 2022-2025, a Sra. Tânia Maria Geannaccini, Assistente de Direção, descreve que a base legal do PPA, sendo pela Constituição Federal, o Art. 165, inciso I, § 1º, que rege que são leis de iniciativa do Poder Executivo o Plano Plurianual, a

Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei do Orçamento Anual e também o Art. 128 da Lei Orgânica do Município. Continuou esclarecendo que o Plano Plurianual em questão vai de 2022 a 2025, que é um plano estratégico que orienta as ações do governo durante quatro anos, integrando as Leis de Diretrizes Orçamentárias - LDOs e as Leis de Orçamento Anual – LOAs, com base nos programas estabelecidos são estruturados em formatos que expressam as diretrizes estratégicas do governo, e, portanto, é o instrumento que explicita a direção que se pretende imprimir ao desenvolvimento do Município, que organiza a visão do governo e aprimora sua capacidade de articulação. A integração dos três instrumentos de planejamento, PPA, LDO e LOA. O PPA no período de 2022 a 2025, LDO e LOA de cada um desses anos, a LDO fazendo a ponte entre o PPA e a LOA, que cuida. Então, da execução orçamentária e financeira de cada exercício. Deve constar no PPA: programa, objetivo, justificativa, público alvo, indicador, unidade de medida, índice recente, índice futuro, ação, unidade de medida, produto, meta física e valor/custo. Entre eles destacou: Programa como um conjunto de ações, projetos ou atividades, que executadas de forma articulada buscam solucionar um determinado problema ou demanda da sociedade, devendo ser traduzidos, os propósitos do programa, em uma palavra ou frase-síntese. Objetivo que expressa o problema que se busca combater ou a demanda que se pretende atender, sempre mensurável por um indicador, deve expressar um resultado que atenda as demandas de um determinado público-alvo, devendo sempre se iniciar com o verbo no infinitivo. Justificativa como sendo a descrição sucinta do problema ou demanda que o programa tem por objetivo solucionar ou atender, sua contribuição esperada para o alcance de um macro objetivo. Indicador é a unidade de mensuração do programa, devendo ter obrigatoriamente um ou mais indicadores, que estarão expressos e declarados no PPA, e serão acompanhados e monitorados durante a execução do programa. Ações são instrumentos de programação para alcançar os objetivos de programa. Em seguida explanou sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente, o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Foram definidos 17 ODS e 169 metas, a serem alcançados até 2030. Santo André aderiu aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em 2021, mencionou alguns ODS: Erradicação da pobreza, saúde e bem estar, vida na água, fome zero, educação de qualidade, água potável e saneamento, energia acessível e limpa e trabalho decente e crescimento econômico. Ilustrou que o plano de metas é um instrumento de planejamento e gestão que auxilia as prefeituras a definirem as prioridades e ações estratégicas do governo ao longo dos quatro anos de mandato. O programa consolida as propostas de campanha e apresenta os principais compromissos da administração municipal com a melhoria dos equipamentos e serviços públicos oferecidos à população. Após detalhou as receitas da administração direta, consistindo em: R$ 11.542.018.000,00 (onze bilhões, quinhentos e quarenta e dois milhões e dezoito mil reais), correspondendo a 81% e receitas da administração indireta R$ 2.675.996.000,00 (dois bilhões, seiscentos e setenta e cinco milhões, novecentos e noventa e seis mil reais), correspondendo a 19%, perfazendo um total de R$ 14.218.014.000,00 (quatorze bilhões, duzentos e dezoito milhões e quatorze mil reais). Na sequência exibiu as despesas da administração direta: 2022, R$ 2.468.799.000,00 (dois bilhões, quatrocentos e sessenta e oito milhões, setecentos e noventa e nove mil reais), 2023 R$ 2.492.572.000,00 (dois bilhões, quatrocentos e noventa e dois milhões,

quinhentos e setenta e dois mil reais), 2024 R$ 2.586.968.000,00 (dois bilhões, quinhentos e oitenta e seis milhões, novecentos e sessenta e oito mil reais), e 2025 R$ 2.686.064.000,00 (dois bilhões, seiscentos e oitenta e seis milhões, sessenta e quatro mil reais), totalizando R$ 10.234.403.000,00 (dez bilhões, duzentos e trinta e quatro milhões, quatrocentos e três mil reais). Nas despesas da administração indireta o IPSA R$ 2.145.359.000,00 (dois bilhões, cento e quarenta e cinco milhões, trezentos e cinquenta e nove mil reais), SEMASA R$ 1.081.156.000,00 (um bilhão, oitenta e um milhões, cento e cinquenta e seis mil reais), Assistência Médica R$ 327.300.000,00 (trezentos e vinte e sete milhões e trezentos mil reais), Câmara R$ 296.076.000,00 (duzentos e noventa e seis milhões e setenta e seis mil reais), FAISA R$ 74.202.000,00 (setenta e quatro milhões e duzentos e dois mil reais) e SFMSA R$ 59.518.000,00 (cinquenta e nove milhões, quinhentos e dezoito mil reais), gerando um total de R$ 3.983.611.000,00 (três bilhões, novecentos e oitenta e três milhões e seiscentos e onze mil reais). Explicou a distribuição do PPA consolidado 2022 a 2025, ficando o seguinte: em 2022 R$ 3.433.452.000,00 (três bilhões, quatrocentos e trinta e três milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil reais), 2023 R$ 3.476.916.000,00 (três bilhões, quatrocentos e setenta e seis milhões, novecentos e dezesseis mil reais), 2024 R$ 3.592.748.000,00 (três bilhões, quinhentos e noventa e dois milhões, setecentos e quarenta e oito mil reais), e 2025 R$ 3.714.898.000,00 (três bilhões, setecentos e quatorze milhões, oitocentos e noventa e oito mil reais), perfazendo um total de R$ 14.218.014.000,00 (quatorze bilhões, duzentos e dezoito milhões e quatorze mil reais). Exemplificou programas e ações do PPA começando pelo programa educação – creche, onde as ações que estão dentro do programa para atingir os objetivos são: Construção, manutenção e reforma de unidades educacionais, sendo o produto obras e serviços executados medidos por unidade, constituindo para 2022 a meta 48 unidades com o valor de R$ 14.580.000,00 (quatorze milhões, quinhentos e oitenta mil reais), para 2023, meta 48 unidades com o valor de R$ 10.469.000,00 (dez milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil reais), para 2024, meta 49 unidades com o valor de R$ 10.882.000,00 (dez milhões, oitocentos e oitenta e dois mil reais) e para 2025 meta 49 unidades com o valor de R$ 10.770.000,00 (dez milhões, setecentos e setenta mil reais). Informou que o ODS vinculado ao programa acima é o número 4 - educação de qualidade, sendo a meta para esse objetivo o 4. A - Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos. Dando seguimento, exemplificou o programa: Gestão do patrimônio histórico e ambiental, com a ação, PAC Cidades Históricas – Investimentos, produto patrimônio conservado, com unidade de medida em porcentagem, sendo para 2022, a meta 25% e valor R$ 15.154.000,00 (quinze milhões, cento e cinquenta e quatro mil reais), para 2023, meta 33,3%, valor R$ 15.004.000,00 (quinze milhões e quatro mil reais), para 2024, meta 33,3%, valor R$ 15.004.000,00 (quinze milhões e quatro mil reais) e para 2025, meta 33,3%, valor R$ 15.004.000,00 (quinze milhões e quatro mil reais). Os ODS vinculados ao programa acima são: o número 8 - Promover o crescimento econômico sustentado e as metas 8.2 e 8.9, objetivo 11 - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos com a meta 11.4, objetivo 15 - Proteger e recuperar, promover uso sustentável dos ecos sistemas terrestres com a meta 15.7, 15.A e 15.C e o objetivo 17 - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceira global para o desenvolvimento sustentável vinculado à meta 17.14, que é

aumentar a coerência das políticas para desenvolvimento sustentável. Em seguida é apresentada a Lei Orçamentária Anual do exercício de 2022 e explica que a base legal da LOA pelo art. 165 da Constituição Federal e art. 128 da Lei Orgânica do Município. Evidenciou os instrumentos de planejamento PPA, LDO e a LOA, que se relacionam sendo a LOA a condutora de toda a execução orçamentária. O Plano de metas é um instrumento de planejamento e gestão que auxilia a prefeitura a definir as prioridades e ações estratégicas do governo ao longo dos quatro anos de mandato. O programa consolida as propostas de campanha e apresenta os principais compromissos da administração municipal com a melhoria dos equipamentos e serviços públicos oferecidos à população. Em 2021, Santo André aderiu aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), sendo 17 objetivos e 169 metas a serem alcançadas até 2030, que são os objetivos que foram falados anteriormente. Dando sequência, expôs um quadro resumo comparativo entre a Administração Direta e Indireta, do orçamento de 2021 e o previsto para 2022, sendo o total orçamentário em 2021 de R$ 3.430.000.000,00 (três bilhões, quatrocentos e trinta milhões de reais) e previsto para 2022 R$ 4.086.000.000,00 (quatro bilhões, oitenta e seis milhões de reais); desse total o correspondente a Administração Direta, PMSA em 2021 foi de R$ 2.771.000.000,00 (dois bilhões, setecentos e setenta e um milhões de reais) e para 2022 a previsão de R$ 3.237.000.000,00 (três bilhões, duzentos e trinta e sete milhões de reais); em relação à Administração Indireta: Instituto de Previdência Santo André - IPSA em 2021 R$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) e para 2022 R$ 519.000.000,00 (quinhentos e dezenove milhões de reais); Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André - SEMASA em 2021 R$ 294.000.000,00 (duzentos e noventa e quatro milhões de reais) e para 2022 R$ 315.000.000,00 (trezentos e quinze milhões de reais); Serviço Funerário do Município de Santo André - SFMSA em 2021 R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) e para 2022 R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) e Fundação de Assistência à Infância de Santo André - FAISA em 2021 R$ 520.000,00 (quinhentos e vinte mil reais) e para 2022 R$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais). Empresas Públicas: Santo André Transportes - SA Trans em 2021 R$ 4.640.000,00 (quatro milhões, seiscentos e quarenta mil reais) e para 2022 R$ 4.180.000,00 (quatro milhões, cento e oitenta mil reais); Empresa Municipal de Habitação Popular de Santo André S/A – EMHAP em 2021 R$ 3.760.000,00 (três milhões, setecentos e sessenta mil reais) e para 2022 R$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil reais) e Companhia Regional de Abastecimento Integrado de Santo André – CRAISA em 2021 R$ 89.000.000,00 (oitenta e nove milhões de reais) e para 2022 R$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais). Em prosseguimento, apresenta as despesas correntes em 2021 de R$ 1.988.000.000,00 (um bilhão, novecentos e oitenta e oito milhões de reais) e para 2022 R$ 2.425.000.000,00 (dois bilhões, quatrocentos e vinte e cinco milhões de reais); despesas de capital em 2021 R$ 479.000.000,00 (quatrocentos e setenta e nove milhões de reais) e para 2022 R$ 702.000.000,00 (setecentos e dois milhões de reais); repasses concedidos em 2021 - R$ 291.000.000,00 (duzentos e noventa e um milhões de reais) e para 2022 R$ 96.000.000,00 (noventa e seis milhões de reais) e por fim reserva de contingência que tanto para 2021, quanto para 2022 corresponde ao valor de R$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais). Em continuação, fez um comparativo entre as receitas orçamentárias da administração direta, cujo montante totalizou o valor de R$ 2.771.000.000,00 (dois bilhões, setecentos e setenta e um milhões de reais) para 2021 e R$ 3.237.000.000,00

(três bilhões, duzentos e trinta e sete milhões de reais) para 2022. Em seguida destacou as maiores receitas do orçamento da administração direta, citando primeiramente as receitas tributárias: IPTU, ISS, ITBI e taxas, sendo para 2021 R$ 1.078.000.000,00 (um bilhão e setenta e oito milhões de reais) e para 2022 R$ 1.211.000.000,00 (um bilhão, duzentos e onze milhões de reais); Transferências Correntes: FPM, ICMS, IPVA, IPI eTransferência e Convênio com o Governo Estadual e Federal, sendo R$ 1.130.000.000,00 (um bilhão cento e trinta milhões de reais) para 2021e R$ 1.395.000.000,00 (um bilhão, trezentos e noventa e cinco milhões de reais) para 2022; Operações de Crédito: BNDES, PAC, BID, FINISA e PNAFM R$ 246.000.000,00 (duzentos e quarenta e seis milhões de reais) para 2021 e R$ 338.000.000,00 (trezentos e trinta e oito milhões de reais). Prosseguindo, salientou que dentro do orçamento existem despesas que são específicas para crianças e adolescentes, representados pela sigla OCA - Orçamento da Criança e do Adolescente distribuídos em: Saúde em 2021 R$ 165.377.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões, trezentos e setenta e sete mil reais) e em 2022 R$ 204.622.000,00 (duzentos e quatro milhões, seiscentos e vinte e dois mil reais); Saneamento em 2021 R$78.408.000,00 (setenta e oito milhões, quatrocentos e oito mil reais) e em 2022 R$ 52.423.000,00 (cinquenta e dois milhões, quatrocentos e vinte e três mil reais), informou que a maior parte é na educação, sendo para 2021 R$ 601.902.000,00 (seiscentos e um milhão, novecentos e dois mil reais) e em 2022 R$ 661.357.000,00 (seiscentos e sessenta um milhões, trezentos e cinquenta e sete mil reais). Depois, apresentou o orçamento para 2022 por Secretaria e por fonte, destacando inicialmente a Secretaria de Inovação e Administração com o valor total de R$ 265.000.000,00 (duzentos e sessenta e cinco milhões de reais), sendo somente do Tesouro; Secretaria de Gestão Financeira total de R$ 285.000.000,00 (duzentos e oitenta e cinco milhões de reais), sendo R$ 270.000.000,00 (duzentos e setenta milhões de reais) do Tesouro e R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) recursos externos; da Saúde com valor total de R$ 751.000.000,00 (setecentos e cinquenta e um milhões de reais), sendo R$ 440.000.000,00 (quatrocentos e quarenta milhões de reais) para recursos próprios e R$ 311.000.000,00 (trezentos e onze milhões de reais) para recursos externos; Secretaria Manutenção e Serviços Urbanos com valor total de R$ 420.000.000,00 (quatrocentos e vinte milhões de reais), sendo R$ 143.000.000,00 (cento e quarenta e três milhões de reais) para recursos próprios e R$ 277.000.000,00 (duzentos e setenta e sete milhões de reais) para recursos externos; Secretaria de Educação com valor total de R$ 737.000.000,00 (setecentos e trinta e sete milhões de reais), sendo R$ 402.000.000,00 (quatrocentos e dois milhões de reais) para recursos próprios e R$ 335.000.000,00 (trezentos e trinta e cinco milhões de reais) para recursos externos; Secretaria de Mobilidade Urbana com valor total de R$ 246.000.000,00 (duzentos e quarenta e seis milhões de reais), sendo R$ 109.000.000,00 (cento e nove milhões de reais) para recursos próprios e R$ 137.000.000,00 (cento e trinta e sete milhões de reais) para recursos externos. Perfazendo um total, considerando todas as Secretarias, de R$ 3.237.000.000,00 (três bilhões, duzentos e trinta e sete milhões de reais), sendo R$ 1.992.000.000,00 (um bilhão, novecentos e noventa e dois milhões de reais) de recursos próprios e R$ 1.245.000.000,00 (um bilhão, duzentos e quarenta e cinco milhões de reais) para recursos externos. A seguir, fez uma análise referente às Despesas Municipais do orçamento total de 2022, sendo o valor de R$ 4.086.000.000,00 (quatro bilhões, oitenta e seis milhões de reais), sendo R$ 737.000.000,00 (setecentos e trinta e sete milhões de

reais) para a educação, R$ 768.000.000,00 (setecentos e sessenta e oito milhões de reais) para saúde e R$ 1.803.000.000,00 (um bilhão, oitocentos e três milhões de reais) para administração, sendo a soma dessas três Secretarias o total de 81% (oitenta e um por cento) do orçado, ficando para as demais R$ 778.000.000,00 (setecentos e setenta e oito milhões de reais), constituindo 19% (dezenove por cento) do total orçado. Evidenciou que considerando as Despesas Municipais englobando somente a PMSA para 2022, essas três Secretarias citadas representam um total de 80% (oitenta por cento) enquanto as demais 20% (vinte por cento). Finalizando, foram demonstrados alguns exemplos de demandas que estarão inseridas no orçamento de 2022: Implantação e/ou Revitalização de Unidade de Atenção Primária: valor total R$ 17.226.000,00 (dezessete milhões, duzentos e vinte e seis mil reais), sendo os recursos próprios: R$ 92.000,00 (noventa e dois mil reais) e recursos externos R$ 17.134.000,00 (dezessete milhões, cento e trinta e quatro mil reais), está vinculado ao código ODS 3 - Saúde e Bem Estar, nas metas: 3.4 - Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis (DNTs), por meio de prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar e 3.8 - Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos. Implantação e/ou Revitalização de Unidades da Rede de Urgência e Emergência no valor total de R$ 1.641.000,00 (um milhão seiscentos e quarenta e um mil reais); recursos próprios: R$ 1.000,00 (mil reais) e recursos externos: R$ 1.640.000,00 (um milhão seiscentos e quarenta mil reais), está vinculado ao código ODS 3 - Saúde e Bem Estar, nas metas: 3.1 - Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos, 3.2 - Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 (cinco) anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos até 12(doze) por 1.000 (mil reais) nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 (cinco) anos para pelo menos até 25 (vinte e cinco) por 1.000 (mil reais) nascidos vivos e 3.8 - Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos. Ampliação e Remodelação do Sistema Viário no valor total de R$ 132.977.000,00 (cento e trinta e dois milhões, novecentos e setenta e sete mil reais), sendo recursos próprios: R$ 43.995.000,00 (quarenta e três milhões novecentos e noventa e cinco mil reais) e recursos externos: R$ 88.982.000,00 (oitenta e oito milhões, novecentos e oitenta e dois mil reais), está vinculado ao código ODS 9 Indústria, Inovação e Infraestrutura, meta: 9.1 - Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos. Construção, Manutenção e Reformas de Unidades Educacionais no valor total de R$ 24.917.000,00 (vinte e quatro milhões, novecentos e dezessete mil reais), sendo recursos próprios: R$ 10.267.000,00 (dez milhões, duzentos e sessenta e sete mil reais) e recurso externo: R$ 14.650.000,00 (quatorze milhões, seiscentos e cinquenta mil de reais), está vinculado ao código ODS 4 Educação de Qualidade meta: 4.A - Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes

para todos. Fornecimento de Merenda no valor total de R$ 54.432.000,00 (cinquenta e quatro milhões, quatrocentos e trinta e dois mil reais) sendo recursos próprios: R$ 47.782.000,00 (quarenta e sete milhões, setecentos e oitenta e dois mil reais) e recursos externos: R$ 6.650.000,00 (seis milhões, seiscentos e cinquenta mil reais); está vinculado ao código ODS 2 - Fome zero, com a meta 2.2 - Até 2030, acabar com todas as formas de má-nutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas. Melhoramento e Manutenção de Vias Públicas valor total de R$ 61.446.000,00 (sessenta e um milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil reais), recursos próprios R$ 23.310.000,00 (vinte e três milhões, trezentos e dez mil reais), recursos externo R$ 38.136.000,00 (trinta e oito milhões, cento e trinta e seis mil reais). PAC Cidades Históricas - Investimentos, valor total de R$15.154.000,00 (quinze milhões, cento e cinquenta e quatro mil reais), correspondente apenas a recurso externo. Obras e Intervenções Urbanísticas - valor total de R$ 46.463.000,00 (quarenta e seis milhões quatrocentos e sessenta e três mil reais), recursos próprios R$ 2.663.000,00 (dois milhões seiscentos e sessenta e três mil reais) e recursos externos R$ 43.800.000,00 (quarenta e três milhões e oitocentos mil reais). Obras de Drenagem e Saneamento Ambiental, valor total de R$ 57.026.000,00 (cinquenta e sete milhões e vinte e seis mil reais), correspondente apenas a recurso externo; está vinculado ao código ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura, meta: 9.1 - Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos. SR. JOSÉ POLICE NETO – Cumprimento a todos. Está presente a equipe da UPAE para adicionar à apresentação feita pela Secretaria de Gestão Financeira, pois a peça orçamentária e o Plano Plurianual inovam ao trazer, definitivamente, os objetivos de desenvolvimento sustentável do milênio, portanto, se ancora naquilo que são os dezessete objetivos lançados para sustentabilidade do planeta, e mais do que isso, inova também num esforço que a cidade fez ao longo do primeiro trimestre desse ano, que foi oferecer um plano de metas tangíveis à população por uma questão muito objetiva. O orçamento público e as peças burocráticas produzidas pela contabilidade pública afastam o cidadão, pois o cidadão não consegue reconhecer daquele volume gigantesco de recurso o que de fato ele vai receber naquele mês, naquele ano, naqueles dois anos, três anos ou quatro anos como PPA nos orienta. Fizemos questão de realizar uma leitura apurada do que o processo eleitoral nos trouxe, seja no projeto apresentado pelo prefeito eleito Paulo Serra, mas que como não teve 100% dos votos, não podia dispensar o que foi apresentado pelos outros candidatos, portanto, uma leitura responsável daquele que reuniu mais de 70% da população apoiando o seu plano de Governo, mas também bebendo das fontes ricas daqueles que concorreram no processo eleitoral, porque se tiver um voto reconhecido ali estavam projetos importantes. A partir deste instrumento oferecemos um plano de meta para os quatro anos da gestão. Este, com essa tangibilidade de se enxergar o volume de investimento que será realizado em cada um dos setores da cidade e o quanto, fisicamente, deve ser recebido pela população. Esse foi um esforço que realizamos nessa parceria que a Unidade de Planejamento Estratégico realiza com a Secretaria de Gestão Financeira. Eram essas inovações que queria contar para vocês no esforço de elaboração

que a equipe que está aqui, que quero agradecer, e agradecer em nome de todos os servidores que vêm nos auxiliando, a nossa equipe não tem muito mais do que 30, 40 servidores, a maior parte deles funcionários de carreira da Administração, o qual aqui rendo as homenagens pela aplicação, pela responsabilidade e pelo apoio que vem dando a essa unidade de Planejamento e Assuntos Estratégicos da cidade. Era isso, Sr. Presidente, Srs. Vereadores. Estamos à disposição para o bom debate, para os bons esclarecimentos e para que a cidade tenha, se não a melhor lei, a lei possível ao nosso desenvolvimento, sempre com muita responsabilidade naquilo coloca no processo. É sempre muito importante que a lei traduza os nossos esforços, mas que não gere nenhuma falsa expectativa na nossa população, exatamente para não frustrar aquele que toma decisão por ela, uma lei que sai do Parlamento sem conseguir ser cumprida pelo Executivo, gera na população um descrédito de toda a política que vivemos. Portanto, a nossa lei tem que, em especial essas que trazem recursos, tem que traduzir objetivamente aquilo que conseguiremos realizar. PRESIDENTE LUIZ MATTOS CANHASSI BOTARO (PEDRINHO BOTARO) – Nesse momento vamos fazer a leitura das perguntas que chegaram via e-mail, principalmente das pessoas que participaram de forma virtual. CERIMONIAL – Primeira pergunta. O Sr. Alan José Duarte pergunta se existe dotação específica para a continuidade das reclassificações dos servidores públicos municipal, caso exista qual número e valor. Em seguida o Sr. Jorge Eduardo dos Santos da Costa e Sr. Euclécio Rufino Hangagnan, servidores deste município lotados na Secretaria de Obras e Serviços Públicos do bairro Las Vegas, executando a função de funileiros, são apenas três servidores ativos que executam esta função e perguntam se no Orçamento de 2022 estará incluída a reclassificação salarial desta categoria. E por fim, ainda sobre o tema das reclassificações, o Sr. Roberto Lysias Gabriele pergunta se a dotação orçamentária prevista para 2022 para reclassificações, em especial ao cargo de agente ambiental, bem como se há previsões de reclassificação para o cargo agente ambiental no Plano Plurianual. SR. PEDRO HENRIQUE RUIZ SENO – Sobre a questão de reclassificação, a primeira pergunta, dotação específica, a natureza da despesa de reclassificação é a mesma de vencimento de forma geral, de salários, biênios, 13º e etc., que é a natureza 31.90.11 e não é só uma questão financeira, mas como depende da questão financeira acaba entrando obviamente na mesma natureza, no mesmo cômputo, nas mesmas dotações de vencimentos, é um projeto específico que controlamos, que é o projeto de número 600, mas cada secretaria, cada departamento tem uma dotação específica para parte de folha. Então, onde incide eventuais classificações são as dotações onde já estão a parte de pagamentos, vencimentos, biênios e etc. Sobre as outras duas questões, temos feito bastante discussão sobre a classificação, todo mundo sabe, o pessoal do Sindicato aqui, eu iniciei nesse mandato do prefeito Paulo Serra na Secretaria de Administração como adjunto do secretário Fernando Gomes, no começo do ano estava novamente na Administração e agora estou em Finanças e tive dos dois lados da discussão dentro da administração, tanto da parte de discussão com o funcionalismo quanto agora da parte de questões financeiras e estamos num momento com o Sindicato de discussão de duas pautas que também tem relação com reclassificação, que é a pauta do dissídio e a pauta da retomada agora com o fim da Lei Complementar, a lei complementar que foi aprovada ano passado de auxílio aos estados e municípios, da discussão sobre a retomada de pagamento de progressão da questão dos biênios. Tem uma ação que o Sindicato entrou sobre essa questão da retomada dos pagamentos, está

sendo discutido dentro da Administração entre a Secretaria de Administração, RH e a Procuradoria. É uma pauta conjunta por causa da do impacto financeiro que essas ações geram: reclassificação, dissídio e retomada do pagamento dos biênios. Então, essa discussão está em está acontecendo, o pessoal aqui do Sindicato está acompanhando de perto, está cobrando que essa decisão aconteça logo. Vamos, obviamente, definir as questões do dissídio e da retomada dos biênios para poder discutir impactos financeiros de classificação. Eu, desde o começo do ano tenho recebido todas as classes, isso enquanto Secretário de Administração, tenho recebido todas as classes que procuraram, já conversamos com auxiliares administrativos que são três classes que estão aqui representados: tem auxiliar I, II e III, já recebi o pessoal dos operadores de máquina pesada, os agentes ambientais, acho que recebi treze ou catorze categorias esse ano e temos mais de trezentas categorias na Administração. Então, sabemos que é uma discussão complexa, apesar de eu falar que é financeiro, porque tem um impacto financeiro, obviamente, da reclassificação e todo impacto financeiro de reclassificação, de aumento, de dissídio isso impacta em outras áreas do Governo. Sempre uso a metáfora de que o orçamento público é uma pizza, para alguém comer uma fatia maior, essa fatia vai ter que ser tirada de outra pessoa ou de outra área. Mas o prefeito Paulo Serra é muito sensível ao termo de classificação, os pleitos nem todos são atendidos, mas achamos todos justos, todos legítimos. Queremos muito melhorar a vida do funcionalismo, porque melhorando a vida do funcionalismo estamos automaticamente melhorando a vida da cidade. Então, essa discussão de reclassificação é uma discussão que vai continuar, mas, como eu falei, está atrelada às discussões de dissídio, que é um pleito de toda a categoria, dos mais de 8.500 (oito mil e quinhentos) servidores só da Prefeitura, e também dessa questão da retomada dos biênios, da progressão horizontal, que sabemos que é uma discussão importante, um mérito que os servidores conquistaram ao longo dos anos, tem que ser mantido e temos que acertar essa questão da retomada. Acho que eu respondi, mas obviamente depois das perguntas que foram enviadas já previamente que estão sendo lidas podemos abrir para outras perguntas e continuar essa discussão. CERIMONIAL – Pergunta enviada Sr. Sidney Carreiras: O executivo fará investimentos na Autarquia Municipal do Serviço Municipal ou conforme o projeto 1.023, parceria público privada. Esses investimentos virão das PPPs. Temos perguntas idênticas: Sr. Emerson Pequeno; Sra. Marilena Nakano e Sra. Maria Helena Vilar e Vilar, representando a rede Beija-Flor de Pequenas Bibliotecas Vivas de Santo André que encaminharam duas perguntas. Primeira pergunta: Vereadores, Secretaria de Cultura, Secretário de Gestão Financeira, bem como prefeito de Santo André envolvidos com a aprovação do PPA 2022/2025 prevaricam ao não cumprirem a meta do plano municipal de cultura estabelecida em lei? Segunda pergunta: Dado que cabe aos vereadores fiscalizar as ações do Executivo, por que não o fazem quanto ao desmonte da Secretaria de Cultura claramente perceptível pela evolução dos valores orçamentários do PPA 2022/2025 e LOA 2022? SR. JOSÉ POLICE NETO – Deixe-me responder brevemente o Sidnei. Sem dúvida nenhuma teremos investimentos em saneamento ambiental, eles virão de recursos públicos municipais, mas poderão receber forte incremento se conseguirmos parceria com agentes privados interessados em investir no saneamento ambiental da nossa cidade. Portanto, teremos investimentos de recursos públicos e teremos um forte adicional se de fato as parcerias privadas gerarem para o município neste período, o ingresso antecipado de recursos. SRA. ROSIMARY DE MORAES SILVEIRA – Em relação à Cultura, o

problema que foi apontado é referente ao orçamento 2020, para esse não temos mais o que fazer. Já 2022, comparado a 2021, o Departamento de Cultura apresenta crescimento de 8,69% (oito, sessenta e nove por cento), sendo que a lei diz que até 2029, que são 10 anos, o orçamento da Cultura tem que aumentar em 1% (um por cento), ou seja, seria 1% ao ano e só em 2022, fizemos 8,69% (oito, sessenta e nove por cento). SR. PEDRO HENRIQUE RUIZ SENO – Só complementando, tentamos trabalhar no acréscimo para todas as áreas da Prefeitura, da parte de tesouro, tivemos um crescimento interessante do orçamento para as áreas baseado um pouco na retomada econômica, 2021 não é um grande parâmetro discussão sobre o orçamento, porque 2021 é um ano muito fora da curva, e lembrando que o orçamento de 2021 foi montado num momento crítico da pandemia, no início do segundo semestre de 2020. Então, foi um orçamento bem conservador e agora, tentamos ser um pouco mais ousado, por assim dizer, na montagem do orçamento de 2022. Fizemos um acréscimo interessante no orçamento e com a retomada que está tendo economia apontaram bons reflexos de reajuste da receita. E no orçamento da Cultura, como a Rose já colocou, o acréscimo saiu de 2021 de um orçamento de R$ 19.000.000,00 (dezenove milhões de reais) para um orçamento de R$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais), um salto de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) no orçamento, obviamente para solução dessa questão do Plano Municipal de Cultura, como a Rose falou, ele determina o aumento do orçamento do Departamento de Cultura de 0,1% (zero, um por cento) ao ano, o que daria um total de 1% (um por cento), sem contar os juros compostos ao fim de 10 anos, mas é questão simples de alocação desse aumento de orçamento que foi dado para a Cultura durante a execução orçamentária, uma coisa é a peça que está sendo apresentada agora e foi montada para início do exercício, mas o orçamento pode ser alterado, modificado, melhorado, corrigido durante a execução que acontece durante todo o ano de 2022. Então, teve um salto como eu falei, de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) de 2021 para 2022 no orçamento da Cultura e de R$19.105.000,00 (dezenove milhões, cento e cinco mil reais) para R$ 22.121.000,00 (dezenove milhões, cento e vinte e um mil reais), mais que R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), e aí é questão de alocação desse reajuste no Departamento de Cultura onde a Secretaria de Cultura achar mais conveniente. SR. JOSÉ POLICE NETO – Acho que é fundamental trazer aqui um complemento, porque muitas vezes olhamos o orçamento como uma peça estática e muitas vezes nos frustramos com algumas análises ao não interpretá-la como um todo. Quero trazer aqui uma informação importante de uma deliberação da noite de ontem, na noite de ontem a Escola Livre de Teatro, numa articulação tanto da Secretaria de Cultura como da Secretaria de Educação, recebeu a aprovação de coisa da ordem de R$ 2.983.588,39 (dois bilhões, novecentos e oitenta e três mil, quinhentos e oitenta e oito reais e trinta e nove centavos) advindos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano. Estes são aqueles esforços que quando você consegue organizar a estrutura pública de financiamento você vai reconhecendo projetos que já maturaram projetos que já conseguiram alcançar projeto básico, projeto executivo, contratação de serviços a serem realizados para execução de uma obra e você recorre aos fundos que a cidade tem que preservam recursos para redução das desigualdades. Então, o investimento numa área de educação e cultura fora da região central, no 2º Distrito, que nem sempre é uma tradição nas cidades, que acabam concentrando tudo muito próximo da região central, fazemos uma orientação do orçamento público municipal a partir dos recursos que

ingressam no Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano a partir da aprovação de um conselho paritário em que a sociedade civil praticamente comanda o processo. Associado a isso, também na saúde alimentar, foi possível garantir a construção do bom prato da Vila Luzita, outro investimento extremamente importante longe da região central, fora da região central, mas que reduz também as desigualdades presentes na nossa cidade. Então, em homenagem ao amigo e vereador Evilásio, que eu queria fazer essa brevíssima intervenção para mostrar aqui no curso da execução do orçamento de fato, acabamos por conseguir reorientar recursos que acabam por reduzir as desigualdades com investimentos sólidos, no caso aqui falei de dois, saúde alimentar com o Bom Prato e convênio do Estado, sem dúvida, mas com investimentos públicos municipais para o equipamento existir um convênio com o Estado que coloca o recurso do custeio mensal e um investimento importante numa Escola Livre de Teatro, que é conhecida nacional e internacionalmente. Então, vamos recuperando estes processos de maneira a cumprir parte destas obrigações que vem dos nossos planos setoriais, no caso aqui setorial de cultura. PRESIDENTE LUIZ MATTOS CANHASSI BOTARO (PEDRINHO BOTARO) – Passo a palavra aos vereadores. VEREADOR LUCAS ZACARIAS DE ARAUJO (LUCAS ZACARIAS) – Dois questionamentos, não consegui entender sobre a discriminação das despesas, despesas correntes, despesas de capital, elas dobram de 2021 a 2022? Devido à pandemia, foi um ano muito difícil, nesta Casa aprovamos diversas leis para ajudar a Prefeitura, o Executivo a trabalhar contra o Covid e vimos que depois que essa pandemia deu uma amenizada, a cidade começou a fluir novamente. Queria que vocês falassem em relação ao ano que vem, com as novas destinações de verbas, a cidade vai conseguir suprir a Zeladoria, as outras pastas? Você acha que o valor direcionado para a Saúde será o suficiente? . SRA. ROSIMARY DE MORAES SILVEIRA – Elas não dobram, tem um aumento das despesas correntes e temos nas despesas correntes toda a manutenção de pessoal, manutenção da cidade, de serviços, a maior parte dos gastos se concentra em despesas correntes. Mas, também, parecido com as despesas de capital, o aumento deve-se muito em função da entrada de recursos externos que nós estaremos buscando. Houve também um aumento da previsão de receita que nós conseguimos observar já no segundo semestre de 2021. SR. PEDRO HENRIQUE RUIZ SENO – Sobre essa questão do crescimento da cidade, da manutenção dos serviços urbanos e etc. Fizemos um bom incremento de orçamento para todas as áreas. O orçamento da Secretaria de Manutenção e Serviços Urbanos, por exemplo, que é responsável pela parte de Zeladoria, o aumento dela de recursos próprios saí de R$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais), o total de R$ 243.000.000,00 (duzentos e quarenta e três milhões de reais), contando todas as fontes, para R$ 419.000.000,00 (quatrocentos e dezenove milhões de reais), Então, tem um salto de R$ 170.000.000,00 (cento e setenta milhões de reais), mais ou menos. Uma parte disso também é porque tiramos todo o recurso que é da CAF, projeto do Córrego Cassaquera, que estava na Secretaria de Habitação e passou a Secretaria de Manutenção de Serviços Urbanos, mas, por exemplo, só o incremento de orçamento de recurso próprio, que é discricionário nosso, que é tesouro, salta em 2021 de R$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais) para R$ 142.000.000,00 (cento e quarenta e dois milhões de reais) em 2022. Área que é um pedido do prefeito, que a gente cuide da parte Zeladoria, mantenha a cidade bonita e que continue essa parte de investimento em obras de infraestrutura, principalmente. A Secretaria de Mobilidade Urbana tem um incremento bem significativo também, sai de um orçamento original de recursos próprios

em 2021, de R$ 49.000.000,00 (quarenta e nove milhões de reais) para um orçamento de R$ 108.000.000,00 (cento e oito milhões de reais), isso especificamente por causa das contrapartidas do BID, daquele projeto do Viaduto Adib Chamas já com um projeto entregue, agora vai ter o Complexo Santa Terezinha. Então, temos tentado colocar uma boa parte de locação de recursos nessa parte de infraestrutura para poder fazer com que as obras de melhoria da cidade continuem evoluindo. Sobre a saúde, especificamente, esperamos que com essa redução do impacto da pandemia os gastos acabem sendo reduzidos, nesse último ano o gasto com saúde tem sido maior que o gasto com a educação, porque fizemos um esforço, um direcionamento de apoio orçamentário para saúde para o combate à pandemia, vacinação, tanto que acho que não teve outra cidade no do porte de Santo André, ou parecida, que teve uma estrutura de hospital de campanha como teve em Santo André. Esperamos que agora em 2022, possa reduzir um pouco o gasto com saúde, especificamente de tesouro, todo recurso externo que vier emendas parlamentares, tem muita emenda que vem para área de saúde, esperamos que o recurso de tesouro com saúde seja reduzido para direcionar essa sobra de recursos para outras áreas da Prefeitura, por exemplo, em Mobilidade Urbana e Zeladoria. PRESIDENTE LUIZ MATTOS CANHASSI BOTARO (PEDRINHO BOTARO) – Vou abrir as inscrições para que o público presente possa também se pronunciar. SRA. CLÁUDIA – Sou integrante da ONG PROLEG. Eu fiquei perplexa aqui, porque nós mulheres somos 52,2% (cinquenta e dois, dois por cento) da população e, no entanto, no PPA nem foi citado a ODS 5. E eu não vou nem entrar na ODS 5, vou entrar na ODS 5.2, que é a eliminação de toda forma de violência contra a mulher. Entendendo que o aumento da violência está assustador, entre março e abril e 2020 aqui em Santo André teve um aumento de 22,2% (vinte e dois por cento) nessa violência. Quero fazer uma pergunta, já que não foi citado nem no PPA a ODS 5, que diz respeito a gênero, a mulheres. A minha pergunta é: Entendendo que o aumento da violência está assustador, qual é o valor que está sendo gasto para o enfrentamento a violência da mulher nas diferentes áreas ou nas Secretarias de Segurança Pública, Educação, Saúde, Assistência. SRA. HELENA – Sou vice-presidente do Comugesan - Conselho Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental. As minhas perguntas vão um pouco nessa linha da área ambiental. Quero fazer uma observação, que a apresentação aqui pelos *slides* estava muito difícil de visualizar os números em detalhes, peço desculpa se eu não anotei corretamente. Eu gostaria de ter cópia dessa apresentação ser disponibilizada no site da câmara, porque isso também seria importante. Pelo que anotei para Obras a LOA tem um valor de 43 milhões e 800 mil de recursos externos e R$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais) próprio e depois para saneamento está R$ 46.000.000,00 (quarenta e seis milhões de reais) para recursos externos e zero para saneamento. Não deu para perceber se foram citados todos os fundos relacionados a saneamento. Por exemplo, tem o fundo municipal de infraestrutura e saneamento que foi um fundo criado quando se cedeu os serviços concessão de água para a SABESP e esse fundo tem um valor bastante generoso, e estão lá inclusive obras de saneamento, gostaria de saber seguinte, desse fundo qual o valor dele hoje? E o quanto está sendo gasto com especificamente saneamento. E quem administra este fundo é a Secretaria de Obras, é o SEMASA? Outra pergunta ainda sobre esse assunto é: qual o percentual e valor para drenagem e pavimentação? Isso de modo geral na cidade. E quanto desse valor saí desse fundo que eu me referi? Outras perguntas também em relação à drenagem e pavimentação na cidade: qual o valor e

percentual que estão sendo gastos para a região do Parque Andreense, que é a área de manancial, que é uma região enorme? Deve ser provavelmente 40% do nosso território no município. E qual o valor e percentual desse orçamento para a Vila de Paranapiacaba? Quero aproveitar a oportunidade para trazer um fato bastante triste, mas que tem sido muito recorrente na vila, porque a ETA - Estação de Tratamento de Água da Vila de Paranapiacaba está movida à energia e tem sido muito recorrente a falta de energia na vila. Os moradores estão, hoje, há mais de trinta horas sem energia e sem água. Isso para mim fere o ODS n. 6, especialmente o 6.1, que fala da insegurança hídrica. É muito importante que a gente faça essas referências aos ODS, mas que a SABESP também cumpra com as suas obrigações. Numa reunião do Comugesan, em março desse ano, a SABESP se comprometeu a comprar um gerador de energia para essa ETA e até agora nada. Aproveito aqui para fazer essa denúncia e essa cobrança em relação a isso. E, por fim, qual o valor e qual o programa, o valor e percentual que está previsto na LOA para as unidades de conservação dos parques naturais? E qual o percentual e o valor orçamentário da Prefeitura para as políticas públicas de mudanças climáticas? Qual é o valor destinado às políticas para mudança climática? PRESIDENTE LUIZ MATTOS CANHASSI BOTARO (PEDRINHO BOTARO) – Sobre a da Sabesp esta Casa pode fazer encaminhamento e vou partilhar isso com os demais vereadores. SR. PEDRO HENRIQUE RUIZ SENO – Respondendo primeiro a pergunta da Cláudia, na forma como foi montada a estrutura do Governo, as políticas para mulheres acabam sendo compartilhadas entre várias secretarias. Pegando alguns dados numéricos pela apresentação do Orçamento, por exemplo, na Secretaria de Saúde o orçamento que é disponibilizado só para custeio do Hospital da Mulher em Santo André, para 2022, que é referência em partos e etc., não só em Santo André, mas na região do ABC como um todo, é de R$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais). Sendo, para um programa específico que atende as mulheres, que é no caso da saúde. Falando da questão da violência contra a mulher, questão extremamente importante, no mês passado fizemos o lançamento do aplicativo da Lei Maria da Penha, um projeto interessante e foi trazido, por exemplo, pelo pessoal da Secretaria de Segurança, que é uma pasta que cuida de segurança de forma geral, mas um projeto específico para apoio às mulheres em situação de vulnerabilidade e de violência doméstica. Como falei, temos a Secretaria de Cidadania e Assistência Social que também cuida de políticas para mulheres, tem um departamento, se não me engano específico para isso. Na forma como foi montada a estrutura, que fizemos a última reforma em 2017, essa questão das políticas para mulheres estão compartilhadas por várias secretarias. Dois projetos, por exemplo, que têm relação com a questão da defesa dos direitos das mulheres, o Projeto 1.282, que trata da promoção da equidade de gênero e direito de cidadania, que está alocado R$ 422.000,00 (quatrocentos e vinte e dois mil reais) de orçamento para 2022. E um projeto, que é o de enfrentamento e prevenção das violências de gênero, para o orçamento de 2022 o valor colocado é de R$ 1.097.000,00 (um milhão e noventa e sete mil reais) Como estamos fazendo uma apresentação voltada para parte de orçamento eu não consigo falar sobre as políticas especificamente de cada uma das áreas para defesa das mulheres e contra a violência, mas posso falar da questão dos números e das séries de ações projetadas em números que estão compartilhadas entre várias secretarias. Sobre o questionamento da Helena do Comugesan, sobre o Fundo Municipal de Saneamento, acabando a fala aqui, posso fazer uma busca rápida do sistema para falar o saldo do fundo, mas as partes de obra de

drenagem estão divididas basicamente como você mesma colocou, no funcionamento está a cargo da Secretaria de Manutenção e Serviços Urbanos, que gerencia o recurso que recebemos do Fundo Municipal de Saneamento, hoje a entrada de recursos é basicamente do contrato de gestão da Sabesp, se não me falha a memória a gente recebe 4% (quatro por cento) do faturamento da Sabesp no serviço de água e esgoto do município que vem para esse fundo anualmente, mas ele está a cargo da gestão da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, que é parte da Prefeitura, que foi quem fez o projeto de concessão. Sobre obras de drenagem, elas estão muito concentradas com pouco recurso disponibilizado de tesouro para isso, ela está muito concentrada no projeto de financiamento da CAF, essa parceria, que é uma operação de crédito, se não me falha a memória, $ 62.500.000,00 (sessenta e dois milhões e quinhentos mil dólares), ocasião em que recebemos $ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares) de financiamento e a nossa contrapartida foi 20% (vinte por cento), que corresponde a $ 12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil dólares) e o projeto mais proeminente desse recurso é o que está sendo executado no Córrego Cassaquera. Então, muito do valor que usado hoje para obras de drenagem, vem desse recurso que foi feito a partir da operação de crédito fechada com a cooperação de uso de fomento, a CAF. Sobre Paranapiacaba, não é da nossa alçada de finanças, mas me comprometo a verificar com o pessoal da Secretaria de Meio Ambiente essa questão sobre a parte de infraestrutura de energia elétrica para ver se conseguimos fazer alguma coisa, não sabia desse caso, que está acontecendo em Paranapiacaba. Foi muito bem colocado que Santo André tem 60% (sessenta por cento) do território dentro das unidades de conservação. Sobre a reclassificação, tem um pleito forte dos agentes ambientais que fizeram inclusive uma pergunta, e é um dos argumentos para discutir a reclassificação deles, a questão de 60% do território andreense estar dentro da macrozona de proteção ambiental. Vamos verificar essa questão que o pessoal da Secretaria de Meio Ambiente e da Secretaria de Manutenção de Serviços Urbanos sobre os problemas de energia elétrica para Paranapiacaba. SRA. HELENA – Faço uma sugestão, porque a cidade precisa de informação orçamentária também por território. Por exemplo, um território para área de manancial quanto do orçamento da cidade é destinado para as áreas mananciais? Quanto para Vila de Paranapiacaba? Ao mesmo tempo o que a Cláudia apresentou: Quanto do orçamento da cidade é para as mulheres ou para programas relacionados à afirmação de direitos e proteção contra violência às mulheres? Se não a forma como é apresentada a peça orçamentária, tanto o PPA quanto a LOA, ela é muito para técnicos. E eu tenho um pouquinho de informação e mesmo assim é complicado, porque não há um devido detalhamento das despesas conforme as necessidades. Então, faço um apelo, porque precisamos de uma democratização do acesso dessas informações tanto do ponto de vista territorial, quanto do ponto de vista temático. SRA. CLÁUDIA – Como você não conseguiu responder o valor dos gastos para a área, poderíamos olhar dentro do ODS 5 qual que é o valor? Porque hoje minimamente não tem condições, o município não tem panfleto para informar a mulher dos serviços que o município oferece. Se a mulher não tem informação como ela vai acessar os programas que o município está oferecendo? Então, o mínimo que pedimos é informação, se nós somos a metade da população, se a cidade não está boa para nós, mulheres, não está bom para ninguém. SR. JOSÉ POLICE NETO – Coloco-me à disposição tanto da Câmara, às 9h30 do dia de hoje os funcionários da Câmara e os colaboradores dos mandatos passaram a ter uma primeira oferta de treinamento para a nossa plataforma

SIGA, que é um sistema de informações geográficas da cidade e assim avançar no questionamento e na orientação trazida pela Helena. Hoje, já dispomos de um sistema de territorialização dos nossos investimentos dentro do Siga, é um avanço significativo que vamos trabalhando, é um trabalho de mais de dois anos que começa a render os frutos nesse momento. Não temos mais de dez cidades no Brasil que conseguem ter o grau de precisão destes investimentos espacializados como nossos aqui na cidade produzido pelos funcionários de carreira aqui de Santo André. Sem dúvida, temos feito um esforço para que isso não gere, e por isso que na minha primeira fala disse das falsas expectativas, então, estamos tentando ser muito cuidadoso ao oferecer estas informações para não criar desinformações, mas já estamos num grau que eu posso afirmar para vocês de espacialização dos investimentos da cidade a partir de duas regras, uma é apresentada aqui, que é o nosso orçamento anual, a outra as regras apresentadas pelo plano de metas que invade a pergunta feita pela Cláudia. Também vamos ter no nosso sistema de informações a possibilidade de buscar as informações dos investimentos ou do recurso gasto com o custeio de programas pelas metas que eles vão atingir, e aí vamos encontrar os 17 e os seus subjetivos das nossas ODS. A equipe que está inteirinha aqui trabalhando com muito afinco para oferecer em sistema, então, vamos poder entrar pelo celular, entrar pelo computador e buscar todas essas informações territorializadas por programas de metas e por objetivos de desenvolvimento sustentável do milênio. SR. PEDRO HENRIQUE RUIZ SENO – Só complementando o Police, é interessante vocês olharem a ferramenta, ela já está disponível para a população, o endereço é: siga. santoandré.sp.gov.br, Siga é um sistema de informações geográficas andreense e a ideia de espacializar as decisões, as informações e os serviços públicos que o Governo disponibiliza para a população. A ideia de tematizar também é muito interessante, baseado nas ODS. Temos aqui no PPA os programas, as ações que estão projetadas para cada uma das ODS, no caso da ODS 5, tem uma série de programas, mas eles não estão como valor, no entanto tem que aproveitar a ferramenta que é um avanço bem interessante de publicidade dos atos do Governo. Convido vocês para olharem a ferramenta, tem os canais de comunicação para poder fazer sugestões, colocar melhorias e etc. SR. JOSÉ POLICE NETO – Lembrar que todos eles trazem o Meta Dados, portanto vocês têm condições de reconhecer inclusive quem validou o dado que subiu para dentro da plataforma, a data que ele subiu para dentro da plataforma, Então, todas as informações possíveis e imaginárias que o setor público tem já estão nesta plataforma, que já tem quase duzentas camadas, 170 camadas, aqui temos o diretor do departamento, o Reinaldo, tem o gerente que cuida, que é o Giácono. Então, fizemos questão de trazer a equipe que está envolvida nisso, que dá suporte muitas vezes nas decisões que vão ser tomadas por toda a equipe da Administração superior do prefeito Paulo Serra. SR. PEDRO HENRIQUE RUIZ SENO – A espacialização e a tematização do orçamento é uma ideia muito interessante e acho que o Siga é o melhor caminho para fazer isso de forma mais didática, mais clara. A sugestão está anotada e vamos trabalhar para que o mais breve possível possamos colocar as informações de planejamento tanto por temas quanto por regiões da cidade. SR. JOSÉ POLICE NETO – Lembrando que aqui também está o nosso diretor do Departamento de Projetos Especiais, a nossa diretora do Departamento de Parcerias Público Privada de Projetos Estratégicos, mas lembrando de que temos também o Santo André 500 anos, que inova numa política longo prazo, mais de trinta anos sendo planejados para que a gente tenha o recorte quadro anual do nosso

Plano Plurianual, que temos os recortes anuais do nosso orçamento, mas todos eles dialogando diretamente com o planejamento e desenvolvimento urbano. Durante muito tempo fazíamos o planejamento orçamentário e financeiro de um lado e o planejamento do desenvolvimento urbano em outro e agravava as disparidades sócio- parciais. Então, a pobreza em parte da cidade e não conseguia fazer esses encontros. SR. PEDRO HENRIQUE RUIZ SENO – E a Helena está coberta de razão, porque o orçamento, clareza dele não é da forma como apresentávamos, mas da forma como a população entende. Então, vamos trabalhar para que as próximas apresentações, as próximas audiências sejam mais didáticas e possamos utilizar ferramentas que vocês consigam acompanhar o que estamos apresentando. Peço desculpas pela falta de didática, o orçamento é uma peça chata mesmo de centenas de páginas, mas vamos trabalhar para que cada vez mais ele seja mais claro, mais simples e de mais fácil acompanhamento para a população e hoje o Siga talvez seja a melhor plataforma, mas eu me comprometo a fazer com que as próximas apresentações, discussões sejam mais simples, mais claras e de fácil acompanhamento. PRESIDENTE LUIZ MATTOS CANHASSI BOTARO (PEDRINHO BOTARO) – Inclusive, secretário, esse já foi assunto na Escola do Legislativo para convidar especialistas que possam também dar aula sobre a concepção de uma peça orçamentária, explicar o que é dotação, quais são as rubricas que existem, uma proposta também que podemos estabelecer uma parceria depois para usar a Escola do Legislativo para levar informação para toda a população. Temos inscritos Sra. Maria Helena Maria, da Rede Beija Flor, Sr. César, Sr. Cleber. SR. PEDRO HENRIQUE RUIZ SENO – Dentro da Conservação, não tem na peça especificamente o valor do orçamento para as unidades de conservação, mas depois, acabando a apresentação levamos a demanda e envia para você até o final do dia a resposta e se não for suficiente você retorna até que a informação fique clara. SRA. MARIA HELENA – Quero dar uma sugestão à Secretaria que vai nesta linha de tornarem pedagógicas as apresentações. Queria fazer uma solicitação, por mais que tenha estudado o orçamento, pelo o que eu ouvi aqui ou nós não entendemos ou está tendo uma leitura diferenciada da gente. Então, que a secretaria criasse um canal de discussão diretamente com os grupos que estão estudando e a mesma sugestão vai ao sentido dos vereadores, porque o desmonte e desrespeito com relação às leis municipais de cumprimento daquilo que é lei para a cultura é vergonhoso. Então, que os vereadores também criassem esse canal de conversa para que pudesse esclarecer, e se nós estivermos errados nós vamos aprender; se nós tivermos certos nós vamos contribuir com a cidadania. SR. CÉSAR – Primeiro saudar essa audiência pública, é importante que a gente tenha um espaço para poder discutir os temas, o orçamento, as políticas públicas, programas, Então, é importante que a Prefeitura mande representantes aqui para dialogar. O que eu acho ruim apenas é que essas peças chegaram à Câmara já faz alguns meses e a audiência está acontecendo no final do mês de novembro, Então, tem tempo de fato para você fazer uma discussão com a sociedade, fazer uma apresentação que seja mais didática, apresentar todos os elementos possíveis sobre o orçamento. O orçamento está sendo tratado aqui na audiência como uma peça de contabilidade e o orçamento não é uma peça contábil, o orçamento é uma peça política, é quem vai definir aonde vão ser gastos os recursos da Prefeitura com políticas públicas e os investimentos que serão feitos. Então, não dá para olhar para o orçamento apenas para os números e falar: Estamos tendo um aumento de R$3.000.000,00 (três milhões de reais), por exemplo, no orçamento da Secretaria de

Cultura. Por exemplo, o orçamento da Prefeitura cresceu em quase R$ 700.000,00 (setecentos mil reais), se olhar proporcionalmente, teve uma redução no orçamento da cultura. Então, não dá para dizer que estamos tendo aumento e investimentos maiores da Prefeitura, você tem um valor nominal maior, mas o investimento percentual político que vai gastar é bastante inferior. Por exemplo, se pegarmos os valores das funções das ações do Governo, que é onde estão caracterizadas as políticas públicas, temos distorções, por exemplo, tem um gasto para construção de moradias na habitação de R$ 2.900.000,00 (dois milhões e novecentos mil reais) para o ano e tem uma redução de 5% (cinco por cento) do orçamento em relação ao ano anterior e teve uma redução tão grande, por exemplo, de déficit habitacional no município. Portanto, são esses tipos de elementos que temos que pensar para conseguir entender e analisar o Plano Plurianual e o Orçamento Anual. Olhando nas funções, tem uma redução de quase 0,3% (zero, três por cento) do orçamento em gasto de gestão ambiental, em assistência social tem uma redução de 0,15% (zero, quinze por cento), em segurança pública de quase 0,15% (zero, quinze por cento), na Cultura o orçamento caiu em 0,7% (zero, sete por cento), na habitação tinha quase R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) no ano passado, na função Habitação e esse ano tem R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais). Então, isso demonstra muito mais o caráter do Governo e quais são as políticas que estão sendo pensadas do que de fato conseguimos ver que está tendo investimento social e mudança na estrutura da cidade. Eu acho que é por esse olhar que temos que tentar ver o orçamento. Então, o debate tem que ser mais nas políticas públicas e menos dos valores que estão acordados e que estão indicados, porque senão temos uma maquiagem de que o valor aumentou, mas proporcionalmente você tem menos investimento social. Quero perguntar também para o Police da questão do plano de metas para entender um pouco também como foram construídos indicadores que vão fazer as avaliações dos programas que estão dentro do plano de metas, porque não adianta os indicadores serem só avaliados pelas secretarias e construídos pelo poder público sem dialogar diretamente com os usuários e com a população. Então, existe uma legislação federal que exige todos os anos das prefeituras dos municípios com mais de 400 mil habitantes a realização de pesquisas de opinião para garantir a satisfação do serviço público e como é que isso está sendo feito. Então, saber, por exemplo, se essas informações serão consideradas na análise dos indicadores do programa de metas. Porque, isso é importante, não dá para ficarmos na mão só dos técnicos para conseguir fazer uma análise da eficiência dos programas que a Prefeitura está apresentando. SR. CLEBER – Agradecer a todos pela oportunidade de poder discutir sobre orçamento. Referente à reclassificação dos salários, mais especificamente dos auxiliares administrativos da Prefeitura. Tendo em vista que há uma eventual reforma administrativa federal e também o ano que vem ser um ano de ano eleitoral, e entrando o período não pode fazer alterações no orçamento, está prevista a reclassificação e o executivo está comprometido em realizar efetivamente, em concluir essa reclassificação dos servidores públicos? SR. PEDRO HENRIQUE RUIZ SENO – A Maria Helena tem razão no comentário, estamos falando aqui de números. Realmente, como vocês comentaram, o César também comentou, o orçamento tem que ser menos técnico e mais político. O orçamento da Habitação realmente foi reduzido, mas porque, todo o projeto da CAF ficava na Secretaria de Habitação e esse recurso foi transferido para a Secretaria de Manutenção de Serviços Urbanos. Então, apesar do orçamento da Habitação ter reduzido em 27% (vinte e sete por cento), esse resultado é porque ele foi

ampliado em 44% (quarenta e quatro por cento) de recurso tesouro e foi reduzido em 33% (trinta e três por cento) os recursos externos. O orçamento da Habitação realmente não é um orçamento alto, recursos próprios esse ano era de R$ 8.300.000,00 (oito milhões e trezentos mil reais) e para o ano que vem o aumento foi de 44% (quarenta e quatro por cento) e ele passou para R$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), isso não da função, e sim do órgão Secretaria de Habitação. Então, fizemos o reajuste principalmente visando ao encerramento de contratos de urbanização que se arrastam com recursos federais há muitos anos. Pelo prazo que ele acontece, demanda reajuste, demanda revisão, etc. queremos encerrar esses contratos de urbanização. Fizemos um esforço para aumentar, apesar de ser um esforço pequeno nominal, em percentual ele aumentou quase 50% (cinquenta por cento) o orçamento de Fonte 1. Então, a queda, de forma geral, é basicamente porque todos os recursos das contrapartidas da CAF saíram do orçamento da Habitação e migraram para Secretaria de Manutenção de Serviços Urbanos, que é quem tem mais condições de acompanhar a execução. Da Cultura, já tinha comentado, do orçamento, falando de novo agora de órgão e não de função, a Secretaria de Cultura saltou do orçamento de R$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais) para o orçamento de R$21.800.000,00 (vinte e um milhões e oitocentos mil reais), um aumento de R$ 3.770.000,00 (três milhões setecentos e setenta mil reais), o que dá um aumento de 21% (vinte e um por cento) de recurso próprio, de recurso externo não teve alteração, porque apesar de ter o Fundo Municipal de Cultura, que é um recurso fonte 3, tem muito pouco projeto de fontes estaduais, federais, emendas e etc. Respondendo ao Cleber sobre a questão das reclassificações, somos muito sensível ao tema, acho que não houve tantos projetos de reclassificação em outros mandatos, em outros Governos como teve nesse, que é um projeto que começou em 2017, somos muito sensível à questão da reclassificação proposta para os auxiliares administrativos. Mas, é um pleito complexo pela quantidade de pessoas que está envolvida, até por isso talvez, até hoje não tenha acontecido. Estou com uma planilha aqui que tenho um pouco dos números, o universo de auxiliares administrativos é um universo de 1.063 (mil e sessenta e três) pessoas, Então, qualquer alteração de classe que é feita o impacto é muito pesado. O pleito é unificar as três classes, que é o auxiliar I, II e III, que estão nas classes 4, 5 e 6 da tabela 1 e pular para a classe 10, para o auxiliar I, por exemplo, é um salto de seis classes. Então, estamos falando de um de um impacto de dezenas de milhões de reais para reclassificação de uma categoria. Enquanto vocês sabem, o pessoal do Sindicato está aqui presente, temos só esse ano quase 20 categorias que nos procuraram, fora as que estão fazendo o movimento, tivemos o pessoal dos funileiros aqui que se manifestou na audiência e que até agora pelo menos não teve uma audiência comigo, acho que não marcaram nenhuma agenda com o Governo. Somos sensíveis, pretendemos que continue acontecendo, mas estamos acompanhando isso, atrelando isso à discussão sobre dissídio e sobre a retomada do pagamento dos biênios para poder fazer com que as reclassificações aconteçam. Eu sempre digo que a reclassificação é um pleito que tem que ser muito bem trabalhado não só pela questão de isonomia, de impacto e etc., mas porque qualquer reclassificação que fizemos gera um movimento. Para reclassificações acontecerem elas têm que ter uma justificativa muito bem delimitada, porque senão alteramos uma categoria e passa na frente, por exemplo, na questão da escolaridade, passa uma categoria, por exemplo, de auxiliares, que se eu não me falha em memória, ensino fundamental em que a escolaridade e passará para classe 10, por exemplo, que é

onde começam as categorias que têm ensino superior. Portanto, passando lá na frente categorias que têm ensino médio, ensino técnico acaba gerando todo o movimento de reclassificação das categorias que se sentem tendo ficado para trás, porque elas têm uma escolaridade maior do que uma categoria que foi reclassificada. Eu sou supersensível à reclassificação dos auxiliares, é um cargo que está presente em todas as secretarias, tem uma presença muito forte no Governo, mas como eu falei, temos que fazer isso com muita responsabilidade, porque envolve essas outras questões de aumento de salário e envolve outras mais de 300 categorias que também estão pleiteando uma melhora salarial. SR. JOSÉ POLICE NETO – Acerca da questão levantada pelo Cleber, todo esforço que a gente vem realizando na construção do plano de metas é também para construir indicadores que tenham um arcabouço metodológico, primeiro validado técnico e cientificamente, segundo com diálogo efetivo com a população para ela conseguir entender. Sem dúvida nenhuma esse nosso ano, que foi um ano estranho para todo mundo, não permitiu as relações que todos nós gostaríamos. Fazer diversas vezes o que estamos fazendo aqui não foi possível, mas foi possível organizar os quase 500 projetos e programas que nascem no debate eleitoral, portanto, trazendo essa inspiração democrática de você ter, não faz muito sentido de ter uma exigência da Justiça Eleitoral que se registre um plano de Governo, e depois isso não existe para nada. Então, o que pegamos como primeiro elemento? Os planos apresentados, e falei há pouco que tanto o plano vencedor como aqueles que não, fomos beber da fonte de todos eles, porque nenhum prefeito no Brasil teve 100% (cem por cento) dos votos, Então, somos obrigados a recorrer a todos os planos apresentados, porque parte dos planos deve se integrar neste movimento democrático que vivemos. A equipe conduzida pelo Mário Mattiello nesse período conseguiu, e aí é um diálogo permanente com todos os secretários e todas as equipes dos secretários, produzir aquilo que são projetos, ações e programas que permearão os quatro anos da gestão e para todos eles um mecanismo de controle, nem todos ainda têm absolutamente organizado e validado a forma que você constrói a métrica de avaliação, essa nós estamos em elaboração, parte deles já está elaborado. Da mesma forma que na outra ponta foi precificar cada um desses. Para cada programa, para cada ação ela também tem um valor que está sendo construído exatamente para você saber quanto custa, a quem atinge, reduz desigualdade, dialoga com quais objetivos de desenvolvimento sustentável do milênio. Fomos trabalhando com todo esse arcabouço, o nosso sonho é ao aprovar o PPA e o Orçamento, voltar à sociedade o ano que vem exatamente contando o plano de meta para os próximos três anos, e aí fazendo as validações, esse instrumento poderoso, que é como confere se aquilo está sendo cumprido ou não. Então, há um estudo metodológico técnico muito responsável para oferecer para a sociedade estas regras para eles dizerem: Assim eu concordo, assim eu entendo. Esse é o esforço da equipe que está aqui e esse tem sido esforço da Administração do prefeito Paulo Serra, é assim que ele tem nos orientado e é desta forma que vamos tentar oferecer, mas sempre recebendo as contribuições de vocês, as críticas, porque não tem problema nenhum apontar o que acham que ainda não está bom, até porque queremos fazer o melhor, mas nem sempre temos os instrumentos na mão. Então, convidamos você Cleber, da mesma forma com que aqui a Helena e a Cláudia falaram, vocês são um instrumento poderoso para correção dos rumos, quanto mais vocês dialogarem, mais a vamos acertar e mais a cidade vai receber frutos melhores do investimento do dinheiro que é da própria sociedade. Então, agradecemos muito a

contribuição que vocês deram hoje, as orientações que vocês nos deram. Agradecendo o nosso Presidente que conduziu nossos trabalhos, nossos vereadores que estão aqui. Eu vi que passou por aqui a grande parte dos vereadores, os que não vieram presencialmente pude notar que muitos acompanharam pelos mecanismos virtuais. Então, quero agradecer muito aos vereadores que têm ajudado muito, mas muito mesmo a capacidade que temos de realizar transformações na cidade. Muito obrigado à Casa Legislativa que tanto trabalha para a população de Santo André. SR. PEDRO HENRIQUE RUIZ SENO – Agradeço a presença de todos. Eu estou na Secretaria de Finanças há pouco tempo, entrei no final de julho, estou há pouco mais de três meses como Secretário de Finanças. Estou muito feliz de poder participar desse trabalho de organização tanto da parte orçamentária quanto financeira da Prefeitura. Eu me comprometo, sou da área de tecnologia de inovação, aproveitando as considerações, os comentários a transformar essa peça numa coisa mais didática, mais simples e mais fácil acompanhamento. Na verdade, a minha grande área é fazer isso, é inovar e fazer com que processos que são às vezes burocráticos, mais complexos, mais difíceis sejam mais fáceis, mais simples e mais acessíveis. E eu me comprometo a fazer com que a peça orçamentária também sofra esse processo de simplificação. Agradeço mais uma vez a equipe que tem me dado apoio nesses pouco mais de três meses que estou na Secretaria e tenho certeza que estaremos juntos aqui novamente no ano que vem fazendo outras audiências e de uma forma mais didática, mais simples que vocês vão conseguir acompanhar de uma forma mais fácil. Esse é um compromisso nosso, consequentemente é um compromisso também do nosso Prefeito Paulo Serra. O Presidente Luiz Mattos Canhassi Botaro (Pedrinho Botaro) agradece a presença de todos, bem como dos que acompanharam de forma virtual, e declara encerrada a audiência pública, às doze horas e sete minutos, da qual, eu, Adriana Montealto Carneiro, Assistente de Taquigrafia e Atas, lavrei a presente Ata que lida e achada conforme, segue assinada pelo Presidente da Casa, pelos Vereadores, pelo Secretário de Gestão Financeira da Prefeitura Municipal de Santo André; pelo Superintendente de Planejamento e Assuntos Estratégicos da Prefeitura Municipal de Santo André; pela Diretora do Departamento de Orçamento e Planejamento da Prefeitura Municipal de Santo André; pela Assistente de Diretoria na Secretaria de Gestão Financeira da Prefeitura Municipal de Santo André; e pelo Diretor de Administração da Câmara Municipal de Santo André.

LUIZ MATTOS CANHASSI BOTARO (PEDRINHO BOTARO)

Presidente da CMSA

LUCAS ZACARIAS DE ARAUJO (LUCAS ZACARIAS)

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento da CMSA

VALTER LUIZ DA SILVA (VAVÁ DA CHURRASCARIA)
Membro da Comissão de Finanças e Orçamento da CMSA

EVILASIO SANTANA SANTOS (BAHIA)
Vereador

CARLOS ROBERTO FERREIRA (CARLOS FERREIRA)
Vereador

RENATO BARROS SANTIAGO FILHO (RENATINHO DO CONSELHO)
Vereador

RODOLFO SILVA DONETTI (RODOLFO DONETTI)
Vereador

WAGNER LIMA (WAGNER LIMA)
Vereador

PEDRO HENRIQUE RUIZ SENO
Secretário de Gestão Financeira da PMSA

JOSÉ POLICE NETO
Superintendente de Planejamento e Assuntos Estratégicos da PMSA

ROSIMARY DE MORAES SILVEIRA
Diretora do Departamento de Orçamento e Planejamento da PMSA

TANIA MARIA GENNACCINI
Assessora de Gabinete na Secretaria de Gestão Financeira da PMSA

OSMAR DE ALMEIDA
Diretor de Administração da CMSA

ALESSANDRO ELIAS GUMIER
Assistente Econômico-Financeiro da CMSA